

Leonor Martins Coelho

Universidade da Madeira

**Ilha: porto de abrigo – do sufoco à superação
na escrita de Irene Lucília Andrade e na de Margarida Gonçalves
Marques**

Ter o destino em aberto
para o impulso do salto.
Ter sempre o olhar mais perto
daquilo que está mais alto.

João Rui de Sousa,
“Via aberta ou o mar em volta”, in *Concisa Instrução aos Nautas*¹

Como lugar de utopia, relembra Vita Fortunati², a ilha sempre ocupou um papel preponderante na produção literária desde a Antiguidade até aos nossos dias. De facto, desde Platão passando pela não menos famosa ilha moriana até aos mais variados textos da literatura actual, o espaço insular não cessa de aparecer como construção utópica: uma comunidade organizada segundo alguns princípios políticos, económicos, éticos que visa o bem-estar dos seus cidadãos³.

¹ Cf. João Rui de Sousa, *Concisa Instrução aos Nautas* (Madeira: Coleção Livros de Cordel, 4, 1999).

² Cf. Vita Fortunati escreve que a ilha “comme lieu d’utopie a toujours été présente dans la production littéraire utopique”, in “Insularité et expérimentation pédagogique dans *Orphan Island* de Rose Macauley”, Jean-Claude Marimoutou et Jean-Michel Racault (textes réunis par), *L’Insularité: Thématique et Représentations* (Paris: Ed. L’Harmattan, 1995). Actes du Colloque International de Saint-Denis de la Réunion, Avril 1992.

³ Cf. Raymond Trousson, *D’Utopie et d’Utopistes* (Paris: L’Harmattan, 1998) para um estudo aprofundado no que concerne ao estudo da utopia narrativa ou romanesca.

Os dois romances tecidos em trama narrativa com a Madeira em fundo que nos propomos analisar – *Angélica e a Sua Espécie* (1993) de Irene Lucília Andrade e *Um Dia Depois do Outro* (1999) de Margarida Gonçalves Marques – não constituem, propriamente, uma utopia como género literário, ou seja, a invenção e a descrição de um lugar idealizado, de acordo com a definição de Raymond Trousson⁴.

Ao seguirmos as referidas autoras e as suas protagonistas, Angélica e Leonor, nadas e criadas na ilha, interessar-nos-á reflectir acerca do sentido semântico do termo “utopia” de modo a poder questionar não só a problemática da viagem como também a problemática do “lugar”, do “espaço-ilha”. Assim, poderemos destacar a consciência da alteridade do ilhéu, a imperiosa obrigatoriedade do conhecimento do “eu” insular⁵, bem como a necessidade visceral de regresso às origens, após várias experiências formadoras além-mar. Insistir-se-á, igualmente, respondendo à injunção programática de João Rui de Sousa formulada em epígrafe, no desejo do ilhéu em sair do lugar-ilha, de olhar para além do fio do horizonte, em busca da felicidade, do amor e de novas experiências humanas. Acentuar-se-á, ainda, o carácter iminente da partida para novas experiências a que se submeterão as protagonistas das obras seleccionadas. Vincar-se-á, finalmente, o regresso de ambas ao ponto de partida, que mais parece, no caso delas, porto de abrigo e de recolhimento, não como refúgio passivo e amorfo mas sim como pausa para recuperar forças antes de enfrentarem novos voos e novos desafios.⁶

⁴ Cf. a definição de Raymond Trousson: “l’utopie narrative ou romanesque, c’est-à-dire un projet de société qui, pour se manifester, emprunte le véhicule d’une narration, prend prétexte d’un voyage imaginaire au terme duquel se rencontre la Cité idéale”, in “La cité, l’architecture et les arts en l’utopie”, in *Revue littéraire en ligne*, no 2º, 1º avril 2005 (www.bon-a-tirer.com).

⁵ Cf. Irene Lucília Andrade, *Porque me Lembrei dos Cisnes* (Leiria: Editorial Diferença, 2000). A viagem até Porto Santo, permitirá ao narrador-personagem, Cristóvão Azevedo, questionar-se acerca da sua experiência profissional e familiar. Creio poder afirmar, contudo, que a contribuição desta deslocação vai mais além do que uma mera retrospectiva de uma existência de cerca de sessenta anos. A viagem no espaço permitirá, ao narrador-personagem, encetar uma viagem ao interior do “Eu” já que “Cristóvão Azevedo lançar-se-ia na aventura de viagem dentro de si” (2000: 22). A viagem, continua nesta obra, a ser um motivo essencial da escrita luciliana permitindo a descoberta da dualidade do ser humano.

Pensar a ilha é acentuar-lhe uma bipolaridade intrínseca. De facto, a primeira metáfora, inscrevendo-se na etimologia da própria palavra, interliga ilha / insularidade a isolamento / ruptura / separação. Por outro lado, o imaginário insular leva-nos até aos mais belos recantos paisagísticos. Do embarque para a ilha de Citera (hoje, Cérigo) ao repouso exótico baudelariano, em que “Lá, tout n’est luxe, calme et volupté”, a ilha costuma fazer sonhar quem nela (**não**) vive.

Oficialmente descoberta por Gonçalves Zarco, em 1419, a ilha da Madeira foi inúmeras vezes descrita como um *locus amœnus*. O sujeito poético nos *Lusíadas* exalta a natureza exuberante da ilha “Passámos a grande Ilha da Madeira / Que de muito arvoredo assim se chama; / Das que nós povoamos a primeira; / Mais célebre por nome que por fama; / Mas, nem por ser do mundo a derradeira; / Se lhe avantajam quantas Vénus ama; / Antes, sendo esta sua, se esquecerá / De Cipro, Gnigo, Pagos e Citera” tal como acontecerá, séculos mais tarde, no poema *Paqueta* de Bulhão Pato: “Que anfiteatro, ó Deus! Que paraíso! / Pomares entre as hortas regadias: / Chapadas, que saúdam, num sorriso / Os abismos do mar! Matas sombrias, / Vales, outeiros, picos... Catadupas / Rebentando das broncas penedias!”. Mais perto de nós, a *Weigela floribunda* de Vasco Graça Moura, aludindo subtilmente aos costumes brandos dos portugueses, retoma as características pelas quais é conhecida a Pérola do Atlântico: “mas o atlântico é muito azul, os jacarandás estão em flor violácea, e a temperatura, macia como os nossos costumes, ainda se me agarra à pele.”⁷

⁶ João David Pinto Correia afirma acerca da escrita de Helena Marques e de Margarida Gonçalves Marques: “ambas as autoras encontram-se veiculadas a uma região, a Madeira, que podemos considerar de origem ou, no caso da primeira escritora, certamente de grande influência na sua formação. Reconhecemo-lo, não porque lhes interesse cingir-se exclusiva ou principalmente aos problemas, personagens e paisagens do arquipélago (na verdade, em todas as obras dá-se atenção à ilha, mesmo que seja para “sair” dela, para a ela “regressar”, ou para se registarem algumas recordações), mas porque, reclamando sempre horizontes diegéticos alargados a outras paragens, patenteiam persistente e indelével o plano de fundo inegavelmente insular.” in “Helena Marques e Margarida Gonçalves Marques, romancistas: algumas afinidades várias, duas escritas singulares” (<http://www.cm-oiras.pt>).

⁷ Cf. *Saudades da ilha, Evocações poéticas da ilha da Madeira* (Porto: Edições ASA, 2003, Selecção e apresentação de José Viale Moutinho com uma aguarela

A ilha da Madeira parece assim conter uma dimensão simbólica constituindo um arquétipo, um refúgio, um mundo à parte e idealizado que, ao longo dos séculos, a literatura alimentou. A ilha é vista como uma terra paradisíaca e a Madeira não escapou a este processo de mitificação⁸. Trata-se, contudo, de visões esboçadas por escritores que vêem este espaço delimitado pelo mar como lugar de passagem, de estadia provisória e não como lugar de permanente vivência.

Para o ilhéu, pensar a ilha e sentir a insularidade é compreender o espaço que não pode ser neutro como referenciado por Moles e Rohmer e de onde se destacam, por consequência, comportamentos particulares⁹. A consciência de ilha pressupõe a consciência de continente e o confronto com a alteridade. A especificidade insular é necessariamente derivada e periférica como lembra Ricardo França Jardim no *incipit* de uma crónica que passamos a citar:

de José Encarnação). No tocante ao texto de Vasco Graça Moura, se por um lado, o regresso por avião, ao continente, é pautado por lembranças desta vegetação deslumbrante fazendo eco às imagens estereotipadas que se encontram na literatura de topoi convencionais muito ao encontro do que se pode ler em *L'île enchantée* de M.-A Leblond “La splendeur n’est point écrasante mais très simplement auguste, suavement éblouissante. On a l’impression que là – et nulle part ailleurs – la nature a dû se recueillir pour signifier sur un très petit espace sa majesté et sa variété. (...)” (Paris: Editions A. Rédier, 1931) p. 14, denota, já, em contraponto, uma crítica à sociedade portuguesa no seu todo que nas entrelinhas se pode ler em “Portugal é um país/ de sustento sustentado.” Também leio: “portugal mais uma/vez afastado do *open do estoril*”. *É sempre assim./portugal é sempre afastado de um open qualquer*”, in *Saudades da ilha*, *op. cit.* (2003: 58).

⁸ Cf. “L’écriture des pierres. Fiction généalogique et mémoire insulaire dans *Le Chercheur d’or* et *Voyage à Rodrigues* de Le Clézio” por Jean-Michel Racault, in *L’Insularité: Thématique et Représentation*, *op. cit.* A propósito das ilhas das Mascarenhas, o autor afirma: “Ce monde vierge que les premiers voyageurs, de Bontekoe à Flacourt et à Froiçois Leguat, assimilent volontiers au Paradis terrestre de la Genèse, selon une topique vite figée en persistants stéréotypes, apparaît comme lieu d’une nouvelle origine ouverte à tous les possibles, le site d’une réinvention potentielle sur d’autres bases d’une civilisation différente qui ne serait plus tributaire des modèles dégradés du monde antérieur” (1995: 383-384).

⁹ Cf. Moles (A) e Rohmer (E), *Labyrinthes du vécu* (Paris: Librairie des Méridiens, 1982).

Passei os primeiros anos da minha vida numa ilha olhando o mar. E imaginava os mundos que existiriam para além daquele horizonte. Uma vez, um amigo de infância confidenciou-me a sua fantasia: se nada houvesse e todo o resto fosse ficção? Ser-se ilhéu é precisamente isso: estar-se isolado e recriar um universo à medida da nossa imaginação. Quem nasce do outro lado, vê o mar noutra perspectiva: algo acessório, secundário. Para um continental, as ilhas são coisas remotas, exóticas, entre a realidade e a fantasia, as viagens do capitão Cook, Corto Maltese, as aventuras de Robinson Crusoe e o seu criado Sexta-Feira, Brabdingnag e Liliput, países de gigantes e anões.¹⁰

Uma década antes, já Jean-Michel Racault propunha: “penser l’île comme île, c’est la poser dans sa différence, ce qui n’a de sens que par rapport à une norme territoriale préalablement constituée en réalité de référence.”¹¹

A narrativa de Irene Lucília Andrade, *Angélica e a Sua Espécie*, configurada na herança cultural e estética do romance de aprendizagem, vem questionar a vida na ilha, a permanência do ilhéu num espaço fechado, portanto, desconhecedor de outras realidades. A saída de Angélica do espaço insular, a sua passagem não só por Lisboa mas também por outras capitais de efervescente vida cultural – Barcelona, Paris, Amesterdão... – permitem à heroína confrontar-se com novos paradigmas que lhe sugerem reflexões pertinentes, tais como o questionamento do conceito do mundo, da sociedade em mutação, da problemática da identidade / alteridade numa era que inicia as incertezas do mundo e do *eu*. A viagem no enunciado ficcional de Irene Lucília marca a passagem de um estado a outro, o da adolescência à idade adulta

¹⁰ Cf. Ricardo França Jardim, *Tristes Ilhas e Outras Conversas* (Coimbra: Quarteto Editora, 2002).

¹¹ Cf. “AVANT-PROPOS: De la définition de l’île à la thématique insulaire” in *L’Insularité: Thématiques et Représentations*, *op. cit.* (1995: 9). Recordemos, ainda, as palavras de Ernesto Rodrigues, ao lastimar o esquecimento de que são vítimas os escritores de além-mar: “Viver num regime de fronteira – entre terra, ar e água, num diálogo de massas continentais muito diferentes, em que as descargas informacionais exigem outros cuidados e manhas – pode ser um destino poético, provisória ou definitivamente assumido” in *Verso e Prosa de Novecentos* (Lisboa: Instituto Piaget, 2000).

e provocarão um conjunto de acontecimentos enredados que acentuarão a reflexão em torno dos valores, da ética e da vida.

Angélica em confronto com uma dualidade que lhe é própria e expressa na dicotomia “presa pelo sentir, liberta pelo pensar” (1993: 30) permite-nos compreender o desejo visceral de querer sair da ilha, visitar novos mundos e conhecer novas experiências. Fugir desta paisagem mesmo que seja um prodígio da Mãe Natureza, abrigar-se algures das chuvadas intensas que a tornam vulnerável, esquecer os angustiantes silêncios e a monotonia do quotidiano sem surpresas, da organização sem criatividade, levam a protagonista a exaltar o desejo de liberdade e de amor, da viagem e dos percursos sem destinos. Como sente a necessidade de criar um mundo de “dinamismo propulsor da vida” (1993: 21), vai entender-se desde logo com Rosa Panchera, a amiga de infância, toda ela “música e harmonia interior” (1993: 24); de seguida, com o colega, Luís Mouro, em Belas-Artes, havendo com ele “uma certa identificação nas intenções” (1993: 46) visto ele opor-se “deliberadamente ao risco da provocação, à análise risível de alguns mestres [...] à prática passiva do academismo” (1993: 47); finalmente, com o primeiro amante, João Sérgio, que se decide pelo amor de Angélica em detrimento de um casamento pacato e do “conforto da vida arrumada” (1993: 78), porque “percebeu que apenas respirar era pouco” (1993: 79).

Por sua vez, Leonor, no romance *Um Dia Depois do Outro*, de Margarida Gonçalves Marques, começava “a sentir a sufocação do viver ilhéu, pesasse embora a beleza e a suavidade do seu reduto prisional” (1999: 41). Na varanda do Solar do Outeiro, Leonor e seus primos, Júlio e Joaninha, sonharam muitas vezes com viagens além-mar. De facto, a narradora-personagem, de regresso à ilha – num primeiro tempo com a intenção de vender o Solar para, finalmente, nele decidir permanecer – recorda, junto de Júlio, esses sonhos de infância. Ao verem aproximar-se “um navio de cruzeiro, todo branco, de linhas harmoniosas e pavilhão italiano...” (1999: 29) recordam “o ardor dos verdes anos” (1999: 29), a vontade de conhecerem “a Inglaterra, o Japão e o Peru”. Anos mais tarde, Júlio acabará por se acomodar “num casamento adequado” (1999: 29) com Madalena. Saberemos que Joaninha, numa informação dada no final do romance, foi viver para Paris com seu marido Luís Manuel, funcionário de uma filial do Banco Henriques & Irmão.

Lisboa vai oferecer o grande cenário para a construção das heroínas. Como Angélica, Leonor vai sozinha para a capital. Em Outubro de 1950, “num desejo de abrir janelas sobre o desconhecido” (1999: 40), adivinhado, todavia, nas explicações incutidas pela professora de Português¹², desembarca no outro lado do mar. Depois de uma viagem de vários dias a bordo do paquete *Carvalho Araújo*, ali se reencontra com o pai, seu “porto seguro”. Para não perturbar o segundo casamento do pai – apesar de mais tarde se confirmar um entendimento saudável com a nova família – Leonor residirá num lar em companhia de outras duas raparigas, Alexandra e Mafalda, também elas “transplantadas de diferentes arquipélagos da Macaronésia para a grande metrópole” (1999: 54). Ao mesmo tempo, Leonor alegra-se porque o seu quarto com vista para o mar permitir-lhe-á este contacto permanentemente desejado e muitas vezes receado: “Só quem nasce numa ilha entende esta ânsia desmedida do mar, barreira e ponte, carícia e fúria, sonho e sal” (1999: 51). Leonor e suas colegas “são meninas com alma de mar e descoberta” (1999: 99), partem, portanto, à descoberta e à conquista da cidade, passeando nos eléctricos, deambulando pelas ruas da capital, extasiando-se com a luminosidade das colinas da capital. No entanto, sempre guardam com elas uma recordação da terra natal. Leonor, por exemplo, nunca se separa de um búzio oferecido pelo primo Casimiro¹³ que lhe permite ouvir o eco do oceano no recanto do internato.

¹² É de referir que esta professora do “Liceu”, actualmente designado como Escola Secundária Jaime Moniz, vem do Continente e surge nas vidas dos estudantes para transformar “as suas aulas em pólos de atracção a que ninguém faltava” (1999: 39). Criara, igualmente, o Clube de Letras, uma aula extraordinária aos sábados onde as raparigas, para além de lerem poesia, necessitavam que esta desvendasse os mistérios inquietantes da juventude.

¹³ Curiosamente, Leonor vai, aliás, deparar-se na esplanada do café “Suiça” com este velho conhecido que abandonara a Madeira preconceituosa para ir viver no Sul da França, como recepcionista num hotel em Saint-Tropez. Casimiro era “benquistado das senhoras e tolerado pelos homens” (1999:104). Loiro, de cabelos alisados com brilhantina, com o seu *smoking* impecável, frequentara, outrora, a alta sociedade. Contudo, o requinte de suas maneiras efeminadas não se adequava à ilha, onde as pessoas comentavam à boca pequena, a sua homossexualidade.

Nos dois romances é notória a obsessão pela água, em especial, pelo oceano (Atlântico), bem como algumas similitudes no percurso de vida de cada heroína. Da semelhança emerge, no entanto, a diferença. Em *Um Dia Depois do Outro*, Leonor enamora-se desde logo por Miguel, irmão da segunda esposa do pai, Maria Sofia. Artista plástico, também ele possui alma de artista com uma necessidade visceral de conhecer outras culturas. Por isso, tratar-se-á de um amor correspondido mas de curta duração. No final da primeira parte do romance, o leitor fica a saber que Miguel vai para Israel, mais precisamente para Tiberíades. Em *Angélica e a Sua Espécie*, a ligação amorosa entre a personagem principal e João Sérgio durará o tempo em que este tomará consciência que o seu casamento com Josefa, de tão monótono, não o preenchia mais, chegando assim o “tempo de coragem e de verdade” (1993: 87) e de tomar a decisão que não podiam adiar continuamente¹⁴. Tal ruptura é o corolário da vontade de João Sérgio em dar novo rumo, fulgor e sentido à vida. No caso de Angélica – note-se que ela vivia em casa do casal e não alimentava qualquer expectativa – esta relação amorosa é vivida como uma experiência formativa. Angélica intui “desde logo que o amor de João Sérgio lhe seria necessário para completar o seu processo-mulher” (1993: 113).

No que concerne à Leonor, este processo realiza-se aquando do seu enamoramento por Jérôme Vernier que morre, todavia, precocemente, vítima de um acidente de viação. Foram apresentados em Paris por intermédio dos primos Joanhina e Luís Manuel. Leonor apreciou a delicadeza de Jérôme e ele gostou da sua sensibilidade. Leonor, que fora para Paris para combater a profunda solidão causada pela morte da avó, pilar da sua vida, visto não poder contar com a mãe que sofria de instabilidade emocional, soube desde logo “que a sua plenitude de mulher dependia daquele homem generoso, dez anos mais velho, que ela amava e que a atraía como nenhum outro até então” (1999: 175).

¹⁴ Está patente, na obra em análise, a coincidência entre o tempo de mudança nos destinos das personagens em geral, de Angélica, Josefa e João Sérgio, em particular, e o tempo de mudança política que permitirá a Portugal optar por um regime democrático, pondo fim ao Estado Novo.

Se nos itinerários que os textos apresentam, as heroínas optam, a meio da narrativa, por ancoragens diferentes – Leonor assenta num casamento apaixonadamente estável e Angélica passa por várias experiências amorosas –, as afinidades confirmam-se, mais uma vez, através do interesse que ambas têm pela *ville des lumières*, pelo imaginário e fascínio que a capital francesa exerce nos espíritos da época. Leonor permanece ali durante o casamento; Angélica vai passar uns dias em Paris. Em ambas as narrativas, chegará a hora em que as protagonistas regressarão às origens, à ilha da Madeira.

Não deixará de pesar nesta decisão os vários regressos de Leonor à aparentemente imaginária ilha de Lenhame (cujas semelhanças com a Madeira, tanto ao nível da paisagem como ao nível da configuração social, são evidentes, pois recorde-se que “Isola del Legname” era o nome que designava geograficamente a Madeira, antes do seu povoamento, num portulano italiano do século XIV) e o afecto que nutre pela sua capital, em muito coincidente com Funchal: “Linda, frívola, provinciana, mas muito amada cidade aquela! Numa terra onde nada ou quase nada acontecia, tudo era notícia” (1999: 110). Se num primeiro momento ainda pensou vender o Solar do Outeiro – é, aliás, este o ponto de partida para a narrativa de Margarida Gonçalves Marques – Leonor decide ficar definitivamente na ilha, depois da morte de Jérôme, para poder acolher a filha, Marie-Chantal, e o genro, Moshe que é – ironia do acaso – filho de Miguel, e recomeçar de novo: “Sente-se sem idade. Vai iniciar uma longa caminhada, a partir dali” (1999: 214), da casa que se lhe entranhara na pele e só agora o sabe. O Solar do Outeiro, que outrora ficava distante da cidade, dela se aproximou graças à perfuração das montanhas e à renovação da rede viária. Todavia, o solar continua a manter “a essência imaterial dos seus mortos, o calor dos objectos que haviam testemunhado os amores e os descasos, os abandonos e os fracassos, os bons sucessos e as infâncias, os primeiros passos das crianças e o arrastar dos chinelos dos avós, musicado pelo bate-quebate das bengalas, os risos e as lágrimas, as frestas e a desolação das partidas eternas” (1999: 209).

A segunda parte do romance, intitulada “Os ramos adventícios”, é de uma linearidade limpidamente expressiva na apresentação do enlace matrimonial de Leonor com Jérôme Vernier, da sua vida na Cidade Luz,

do nascimento da filha, Marie-Chantal, da morte prematura do marido, do namoro da filha com Moshe, futuro arquitecto e amigo da família. O reencontro com Miguel, pintor e pai de Moshe, permite dar ênfase ao regresso de Leonor e sublinhar o projecto para os últimos dias da sua vida. A escrita de suas memórias, dos encontros e desencontros, da partida e do regresso às origens num olhar cruzado entre a instância autoral e a personagem ficcional permitir-lhe-á “nascer de novo” (1999: 214), sentir-se sem idade, “iniciar uma longa caminhada” (2000: 214) e retomar a escrita que abandonara há muito, no aconchego do Solar do Outeiro, no abrigo do lar¹⁵.

Em suma, seguir os itinerários que os textos em análise propõem, parece levar o leitor a confirmar o interesse pelo motivo da viagem na literatura madeirense, não apenas como apelo incessante do mar em busca da compreensão dos grandes sentidos da vida, das experiências necessárias à construção do “eu”, mas também para realçar o retorno à terra-mãe, simbolizando o amor que os escritores nativos têm pela ilha-lugar.

O ilhéu “por debaixo duma aparente indiferença ou apatia é um ansioso, um inconformado” (1993: 53) e sente também “o ênfase apelativo da grande curva líquida do horizonte” (1993: 53). Parafraseando ainda Irene Lucília, o ilhéu é um ser híbrido onde o desespero e a inquietude acentuados pela erosão das ondas, pela extensa azulineidade do mar acentuam a sua bipolaridade. O que parece ser confirmado por Margarida Gonçalves Marques quando afirma: “Só quem nasce numa ilha entende esta ânsia desmedida do mar, barreira e ponte, carícia e fúria, sonho e sal” (1999: 51).

Contudo, e porque dificilmente um ilhéu renega as suas próprias raízes, a mesma Angélica que se debateu “entre a tortura dos ruídos

¹⁵ João David Pinto Correia afirma: “O regresso a Lenhame, que possibilita também múltiplas lembranças e evocações, pressupõe a vivência de outras “ilhas”, mesmo as da metrópole, e, muito mais pertinentes, as que se situam dentro do espaço a que Leonor voltou, isto é, a Casa do Outeiro ou a Quinta do Paraíso, num culto significativo da “casa grande”, a tal “casa-casa”, de que se falava em determinado passo do romance.”, *op.cit.*

e os angustiantes silêncios” (1993: 21) e que decidiu “deixar a terra de nascença para ir em busca do lugar que haveria de ser a terra da promessa” (1993: 31), acaba por regressar à ilha por esta constituir uma “instância necessária, reflexão de memória a reconstruir teimosamente activos moinhos fiéis às vocações do vento” (1993: 101). Porque a ilha não é, para Irene Lucília, um “fatalismo naufragado” (1993: 136) mas antes “o enorme abraço familiar pronto a acolher os cansaços, não como refúgio ou dolorosa paragem, mas como lugar de arrimo, onde era possível reabastecer-se de serenidade, onde o repouso representava uma energia suspensa que constantemente organizava as partes convulsivas da sua totalidade viajante” (1993: 136), Angélica regressa à ilha, tal como faz Leonor.

Revelam-se ambas predispostas a recomeçar uma nova fase, a viver plenamente um *dia depois do* outro e a fazer notar como da ilha-sufoco do tempo da adolescência – pesasse embora a beleza e a suavidade da paisagem e do clima –, se chega a um porto seguro, a um “lugar feliz” (1999: 213) ou, pelos menos, a um lugar onde “a hereditariedade oceânica expressa por um livre apelo das águas e um remansoso aconchego de portos” (1993: 136) se harmonizam. Assim, parece que podemos entender a procura do Homem em querer “construir um lugar que instituisse ao mesmo tempo o processo do imaginário e o corolário da segurança, unindo [como refere Irene Lucília Andrade] os dois numa substância única” (1993: 131).